



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal Nº 5.084 de 27 de fevereiro de 2009.  
Decreto Municipal Nº 059 de 19 de julho 1993.



Governo do Município  
de Conselheiro Lafaiete

### RESOLUÇÃO CMDCA/CL Nº 04 / 2019

*Dispõe sobre a Prova de Aferição de Conhecimento ao candidato a Conselheiro Tutelar do Município de Conselheiro Lafaiete/MG.*

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Conselheiro Lafaiete, por meio de sua Presidente, no uso de suas atribuições legais conforme Lei Federal 8.069/90, Lei Municipal nº 5084/2009 (alterada pela lei 5949/2019), a Resolução CONANDA nº 170/2014; reunidos em sessão plenária do dia 15 de Abril de 2019;

CONSIDERANDO que o disposto do artigo 136 da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece as funções do Conselheiro Tutelar.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 98 ao 102 da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece as medidas de proteção a criança e ao adolescente.

CONSIDERANDO que o disposto do artigo 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece as funções do Conselheiro Tutelar.

CONSIDERANDO o disposto no art. 14, 15, 61 da Lei Municipal nº 5084/2009 (alterada pela lei 5949/2019).

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO CMDCA/CL Nº 03 / 2019 que dispõe sobre o Edital do Processo de Escolha Unificado dos membros do Conselho Tutelar do Município de Conselheiro Lafaiete/MG, referente ao mandato 2020/2023.

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO Nº 06/2017 do CMDCA/CL que dispõe sobre normas de atendimento e implantação do SIPIA no Conselho Tutelar de Conselheiro Lafaiete e dá outras providências.

CONSIDERANDO os processos anteriores de Escolha Unificada de Conselheiros Tutelares de Conselheiro Lafaiete, realizados e aprovados pelo CMDCA e administração pública.

CONSIDERANDO que a ausência de conhecimentos de noções básicas de informática, compromete e torna-se incompatível diante das funções de conselheiro tutelar previsto no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 e a resolução nº 06/2017.



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal Nº 5.084 de 27 de fevereiro de 2009.  
Decreto Municipal Nº 059 de 19 de julho 1993.



Governo do Município  
de Conselheiro Lafaiete

### **RESOLVE:**

Art. 1ª - Tornar oficializado como parte obrigatória dos Processos de Escolha Unificada dos Conselheiros Tutelares a prova de informática, como parte da ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA - PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO, a ser considerada enquanto prova prática.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro Lafaiete - MG, 17 de Junho de 2019.

---

Nízia Cristina Torres Ramos  
Presidente do CMDCA